



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - NPGeo



“30 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO À GEOGRAFIA”

São Cristóvão, 29 e 30 de Agosto de 2013.

---

## A IMPORTÂNCIA DA APOSENTADORIA RURAL NA REPRODUÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS RURAIS E SEUS REBATIMENTOS NO ESPAÇO RURAL SERGIPANO

**Gleise Campos Pinto Santana**

Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Geografia

Universidade Federal de Sergipe

Grupo de Pesquisa Relação Sociedade Natureza e Produção do Espaço (PROGEO)

E-mail: [gleisecampos@hotmail.com](mailto:gleisecampos@hotmail.com)

**Josefa de Lisboa Santos**

Orientadora e professora do Departamento de Geografia Campus prof. Alberto Carvalho

Grupo de Pesquisa Relação Sociedade Natureza e Produção do Espaço (PROGEO)

E-mail: [josefalisboa@uol.com.br](mailto:josefalisboa@uol.com.br)

### **Introdução**

Estado e sociedade civil são pares, ao mesmo tempo, próximos e antagônicos. Próximos porque aqueles que representam o Estado ou exercem cargos públicos são também sociedade civil; por outro lado, são antagônicos, pois o distanciamento entre os dois é nítido e real. O Estado representa a organização, a ordem, o poder. A sociedade civil se apresenta desorganizada, desunida, despossuída de seus direitos e deveres. Sociedade civil é o não Estado, com exceção das igrejas, grupos minoritários, empresários que por terem representantes no poder, são ao mesmo tempo Estado e sociedade civil. Mas, mesmo tendo acesso e influência no Estado, estes grupos não exercem seu poder para benefício de toda sociedade, ao contrário, buscam interesses particulares, logo a sociedade continua a margem de um Estado democrático que defende a igualdade e prega estar a serviço de toda a população.

O Estado, anterior ao capitalismo, surge para controlar, regular, amparar a sociedade. Mas apesar de anterior ao capitalismo, pode-se dizer que hoje o Estado está para esse sistema. Conforme Harvey (2005, p.83) afirma, “O Estado capitalista deve, necessariamente, amparar e aplicar um sistema legal que abrange conceitos de propriedade, indivíduo, igualdade, liberdade e direito, correspondente as relações sociais de troca sob o capitalismo”.

O Estado enquanto força que define normas, leis e regras, é altamente aliado ao sistema capitalista. Ele está posto para manter a estrutura dominante. Deste modo, pode-se

considerar que os chamados benefícios sociais são como uma política de Estado para manter a estrutura em funcionamento. A estrutura do campo brasileiro, por exemplo, deve ser mantida com pequenos produtores permanecendo no espaço rural enquanto mão-de-obra disponível para produção de alimentos, para ser expropriados e, acima de tudo, para manter a aparência de que o Estado está para subsidiar a população, seja ela do campo ou da cidade.

Assim, os benefícios previdenciários e assistencialistas são exemplos da parceria entre Estado e capitalismo, pois “a noção de que o capitalismo alguma vez funcionou sem o envolvimento estreito e firme do Estado é um mito que merece ser corrigido” (HARVEY, 2005, p.92).

Mesmo sabendo que os primeiros antecedentes do sistema previdenciário brasileiro datam ainda do final do século XVIII e início do XIX quando surgiram para beneficiar os oficiais da marinha e do exército, a Previdência Social teve uma expansão significativa no meio rural brasileiro somente no final do século XX. Surgida em 1920 no Brasil, o seguro previdenciário só foi estendido à classe rural a partir dos anos de 1970. Assim, a intervenção estatal no implemento dos seguros previdenciários obrigatórios, se deu de forma lenta e gradual ao mesmo tempo que isso se justifica na relação entre poder público (Estado) e grandes empresas privadas. É neste contexto que se insere a exclusão a que foi submetido o pequeno produtor rural no tocante ao benefício social da aposentadoria.

## **Metodologia**

A pesquisa será desenvolvida no espaço rural de Sergipe, o qual é característico com grande volume de pequenos estabelecimentos familiares. Como objetivo geral a ser alcançado, pretende-se entender a aposentadoria rural, sua função social na unidade de produção familiar e sua importância na configuração espacial do espaço rural sergipano. Para tanto, algumas questões de pesquisa deverão ser respondidas à medida que a pesquisa for avançando, a saber: a renda dos aposentados rurais coopera para a melhoria do trabalho agrícola? Em que momento começa a acontecer o processo de fragmentação da propriedade rural do aposentado via processo de herança? A fragmentação acontece após falecimento do aposentado ou após a efetivação do benefício social? Quando acontece a entrega da propriedade por herança (via fragmentação da propriedade), a renda do benefício é utilizada para melhoria/investimento da propriedade que não é mais seu trabalho? Para alcançar essas e outras questões, será feito um levantamento de dados primários com base em uma entrevista, abordando questões acerca do trabalho do pequeno produtor e da sua família, aposentadoria e

programas assistencialistas e a importância destes para a manutenção da família, da renda familiar e da agricultura.

### **Expectativas de resultados**

No andamento e ao final da pesquisa espera-se entender a dinâmica que envolve o espaço rural sergipano a partir das aposentadorias rurais, em que medida as rendas dos aposentados altera/interfere na configuração do campo sergipano, já que essa renda não é usufruída apenas pelo beneficiário e serve à toda família. Espera-se ainda perceber se de fato ocorre, a partir do trabalhador rural aposentado, uma alteração no tamanho da propriedade, se o aposentado fragmenta a sua terra para dá-la como herança aos filhos.

### **Referências bibliográficas**

COHN, Amélia. Políticas sociais e pobreza no Brasil. Revista Planejamento e Políticas Públicas, n.12, jun/dez, 1995.

DEMO, Pedro. Pobreza política. 4ª edição, Campinas: Autores Associados, 1994 (Coleção polêmicas do nosso tempo, v.27).

FALEIROS, Vicente de Paula. A política social do Estado capitalista: as funções da previdência e assistência sociais. 6ªed. São Paulo: Cortez, 1991.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. Tradução Carlos Szlak. 2ªed. São Paulo: Annablume, 2005.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. Aposentadoria: retorno ao trabalho e solidariedade familiar. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers (Org) Família e envelhecimento. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004, p. 57-84.

SCHWARZER, Helmut. Impactos socioeconômicos do sistema de aposentadorias rurais no Brasil-evidências empíricas de um estudo de caso no estado do Pará. Texto para discussão nº729 IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Rio de Janeiro: junho de 2000.

Eixo temático: Agrária